

O novo plano e a inflação na faixa dos 30%

Economia - Brasil

Sem grandes abalos em mercados importantes, a inflação está-se firmando em nova faixa, em torno de 30% ao mês. A Fipe divulgou na sexta-feira uma taxa de 30,34% para a segunda quadrissemana de junho. Foi a maior alta observada em São Paulo depois de março de 1990. Em Belo Horizonte, foi pouco menor — 29,63% — o número anunciado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Administrativas da Universidade de Minas Gerais (Ipead). A diferença é irrelevante. Os dois indicadores são diferentes, em termos de estrutura e de faixas de renda cobertas pelos levantamentos, mas apresentaram resultados muito próximos por causa da indexação da economia brasileira. Este é o ponto importante: na cabeça das pessoas, o ritmo de aumento considerado "natural", nesta fase, é próximo dos 30% mensais. Índices diversos poderão apresentar alguma oscilação em torno desse número, mas a distância entre eles deverá ser muito limitada.

O programa de estabilização iniciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, não poderá alterar muito esse quadro, a curto prazo.

Se empresários, poupadores e consumidores confiarem na atuação do ministro e de sua equipe, a inflação ficará mais ou menos estável, sem saltos importantes durante alguns meses. Poderá haver até alguma pequena redução. Mas não há como esperar, de imediato, grande mudança nas condições objetivas. Enquanto o orçamento não for passado a limpo formalmente, o governo só poderá conter seus gastos por meio do controle de caixa, como até agora. Esse controle é complicado e seu êxito depende de um esforço renovado no dia-a-dia. Os resultados foram pobres neste ano.

Enquanto o ministro negocia seu programa com parlamentares e governadores, enfrentando questões politicamente difíceis, como a eliminação de emendas orçamentárias e a renegociação das dívidas de Estados, a política monetária parece pouco mudar. Os números de maio, divulgados na semana passada pelo Banco Central, dão suporte a esse ponto-de-vista. No mês passado, os meios de pagamento, medidos segundo vários conceitos, cresceram pouco abaixo da taxa de inflação. Numa interpretação otimista, se-

ria possível falar numa contração real dos meios de pagamento — um passo, portanto, para um controle mais estrito dos fatores de inflação.

Nada justifica esse otimismo. Os resultados da política monetária oscilam, mês a mês, mas têm tendido, de modo geral, a acomodar-se ao ritmo da inflação. A política permanece essencialmente passiva. A liquidez, medida pelos conceitos mais amplos (depósitos à vista, dinheiro em poder do público, títulos de governo e aplicações em papéis privados de curto prazo) está invariável, representando cerca de 24% do Produto Interno Bruto (PIB). Os principais fatores de criação de liquidez não mudam. O ingresso de recursos externos, por exemplo, continua a pressionar o Banco Central, forçando-o a emitir moeda ou, alternativamente, a ampliar o volume de títulos públicos em circulação no mercado. Qualquer mudança abrupta — nova redução de juros ou aumento do "atraso" cambial — pode acabar sendo desastrosa, por estimular a especulação e prejudicar as exportações. O plano fica incompleto sem um pouco de atenção a essas questões.